

## Camponeses/as Podem Estudar?

Laudemir Luiz Zart  
[laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)

Esta é uma questão absurda? Vou analisar para quem é e para quem deixa de ser. Quero provocar reflexões sobre as configurações e as atitudes institucionais relativas ao processo de construção do CAMOSC. Vou iniciar pensando um pouco sobre o Brasil. O Brasil é uma nação (ou seria melhor só falar de país?) forjada na dominação e na exploração dos/as trabalhadores/as de forma violenta e estúpida. Até parece que tem outra maneira de dominar e de explorar! Mas o que quero dizer é que as elites<sup>1</sup> deste país, agora como antes na história, têm uma capacidade ímpar de se mobilizar e organizar para impedir qualquer forma de avanço rumo à democratização das relações sócio-econômicas e políticas. O Estado brasileiro foi e é, com minúsculas e expressivas exceções, um quartel de subvenção aos “boas vidas” deste país. A exploração econômica ocorre sob o aspecto da superexploração da força-de-trabalho. Vejam que somos campeões nos casos de trabalho escravo. Não é do século passado, é de agora – 2008. Somos uma das nações mais destacadas quando analisadas as relações políticas patrimonialistas, o Estado como coisa apropriada de forma privada. É por isso que qualquer tentativa no Brasil de dar passos para a transformação da cultura política elitista, estúpida e violenta, a elite se arrepia. Seus representantes cospem palavras de ódio que são transmitidas pelos canais de televisão. Você está tranquilo na sua casa e de repente aparece alguém que fica bufando contra qualquer iniciativa, por menor que seja, que possa beneficiar qualquer ação em termos de possibilidades coletivas de construção de caminhos para a humanidade solidária.

O absurdo da pergunta começa a se esvaír. Pensamos mais um pouco para clarear que nem todos pensam e agem como as elites. E isto é o que nos possibilita a termos esperanças. Mas é preciso estarmos atentos senão imaginaremos que os caminhos para construir a “utopia possível” da solidariedade é simples de realizar. Vivemos numa sociedade estruturada por classes sociais. Queiram os péssimos ideólogos burgueses ou não. A realidade é implacável. É nestes termos que se dá a luta. Como conto de ficção de qualidade literária inferior, os ideólogos elitistas tentam nos mostrar que a sociedade brasileira é construída com base em direitos e oportunidades que são iguais para todos. Apesar do conto ficcional, nas relações cotidiana que estruturam o poder verticalizado e excludente os agentes dos grupos sociais dominantes estão muito atentos e não perdem tempo e nem espaço. Há

---

<sup>1</sup> Considero que o conceito de elite é frequentemente usado sem muito rigor, e representa quase uma banalização. Mas quero dar a ele um significado que diz das classes sociais dominantes ao terem a capacidade de articular o controle político, econômico, ideológico, científico, tecnológico, cultural, etc., tendo em consequência o controle de um país ou de uma região.

articulação política constante para o domínio total. Esta armadilha é feita em todos os níveis, nos governos federal, estaduais e municipais. Ela é tecida de forma maquiavélica (com o devido perdão ao Maquiavel), e sob maneiras diferentes, nos poderes constituídos: executivo, judiciário e legislativo. Quando não há a possibilidade de impedimento político, aberto e democrático, por que as forças políticas populares estão também atentas, há uma costura que amarra as instituições e os atores às leis que impedem todas as possibilidades de avanços. Neste sentido estou pensando no grande controlador que se tornou o TCU – Tribunal de Contas da União<sup>2</sup>. Vejam que o controle que me refiro não é o controle democrático do Estado por parte da Sociedade Civil, mas o seu inverso, do controle autoritário e burocrático do Estado, controlado efetivamente pela burguesia, da Sociedade Civil. É comum a expressão: não podemos fazer isto ou aquilo, mesmo que seja justo, legítimo e democrático, por que o TCU não permite. É um novo poder obscurantista. É necessário discuti-lo.

Mas o que isto tem a haver com a questão se **camponeses/as podem estudar!** Não percamos a questão. Se estivesse numa questão geral e aberta talvez não tivesse sentido. O problema da questão é que tenho como linha de reflexão uma questão concreta. E esta é a possibilidade e o direito dos camponeses/as estudar. É bom destacar que as forças políticas populares também estão ativas no Brasil. No meu entender não o tanto que deveriam estar para contrapor ao Estado patrimonialista e burguês referido. As forças populares sofrem das conseqüências que levam a enfrentar uma força política institucionalizada que é demoníaca (será que é este o sentido do Leviatã de Thomas Hobbes?). O conservadorismo está nas entranhas do Estado, nos lugares mais profundos, nos agentes aparentemente ineficazes, mas quando respondem e correspondem aos princípios legais e procedimentais elitistas são extremamente eficazes para impedir avanços democratizantes. E isto tudo sob uma aparente neutralidade e racionalidade normativa administrativa. Percebam que estou querendo mostrar que o Estado elitista, burguês, patrimonialista (tem até mais adjetivos) não é somente controlado pelos representantes diretos da classe burguesa, que são deputados, senadores, ministros, juízes, etc., mas também por um escopo burocrático, que por ausência de consciência de classe, ou convicção desta (percebam que o resultado conforme o ângulo dá no mesmo), são expressões objetivas da elitização do Estado.

Não percamos de vista a nossa questão: **camponeses/as podem estudar?** Percebam que estou destruindo a obviedade. Esta poderia ser claro desde o começo para aqueles que lutam em frentes populares, dentre estes/as os/as camponeses/as. Para os/as lutadores/as sociais a resposta é óbvia: é claro que têm direito de estudar! A

---

<sup>2</sup> Poderia aqui imaginar uma situação clara de exceção para a missão do TCU que é a vigilância em relação à aplicação do dinheiro público. Para isto provavelmente o TCU tem muito trabalho por que o conjunto de corruptos neste país não é pequeno.

nossa constituição diz isto. Além do que os/as camponeses/as lutaram historicamente no Brasil para destruir as relações de dominação e exploração. É uma caminhada árdua, mas vibrante contra a estupidez elitista, alienante e coisificante. Mas antes de prosseguirmos vamos fazer um parêntese a mais para demonstrar que aquilo que é óbvio para as forças políticas populares, que lutam para humanizar a humanidade, é o cenário de julgamento e de dramatização das forças políticas internacionais. Todos nós sabemos e estamos lembrados dos tempos da guerra fria. Não estamos? Neste tempo as forças imperiais, capitaneadas pelos Estados Unidos da América tinham como justificativa a imposição às outras nações de suas vontades a partir de um fantasma, o espectro do comunismo, que não rondava mais somente a Europa, mas tinha se estendido a outros continentes. Com a derrocada da União Socialista Soviética e a derrubada do muro de Berlim, este espectro desaparece dos discursos oficiais, das assombrações e dos métodos de dominação. Mas não desaparece o método de dominação. O espectro do comunismo se reescreve na justificativa do terrorismo. Aparentemente, para a ideologia alienante que nos domina, as ações dos imperialistas ianques e seus aliados se voltam somente para o oriente médio. Então os iraquianos, iranianos, palestinos, paquistaneses, norte-coreanos, etc., seriam os diabos da humanidade, o “eixo do mal”.

Faço um parágrafo para continuar: **afinal de contas estou pensando se camponeses/as podem estudar!** Verificamos que é pós-muro de Berlim, os movimentos emancipatórios se inovaram no mundo todo, e eles tem características distintas e complementares. E entre estes estão os movimentos sociais camponeses. Acontece que não só a movimentação pró-emancipação está ativa, mas as forças indigestas da dominação estão diabolicamente no nosso lado. Bom, vou esclarecer um pouco mais. Não são somente os muçulmanos que estão na lista dos terroristas. Os movimentos dos camponeses e dos indígenas da América Latina também estão na lista das forças repressoras globais dos ianques como terroristas. As FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, é um movimento terrorista. Esta informação está num artigo do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos publicado na Folha de São Paulo no dia 12 de março de 2008. Citando o Relatório “Tendências Globais 2020” do Conselho Nacional de Informação, o sociólogo demonstra as artimanhas fascitoides para desarticular governos antiimperialistas norte-americanos, e como apóiam “governos democráticos” tendo como exemplo o Plano Colômbia. Então camponeses/as organizados/as são terroristas. Fica mais fácil começar a compreender por que índios e camponeses são mortos e não passam de estatísticas passageiras e por que os fazendeiros que mandam matar são absolvidos nos tribunais. Os inconvenientes devem ser eliminados. O que interessa é o capital, o lucro, o luxo. Nós

pobres humanos do outro lado somos lixo. Este é o pensar, fazer e matutar diabólico dos dominantes do mundo.

Se não existissem pobres, e ainda mais os que reclamam, o mundo seria bem melhor! Se a gente só estudar as fantasias do capitalismo tudo parece tão bonito. Mas não abram os olhos, porque ao abrir! Os olhos abertos farão que percebamos a miséria humana, a violência, a destruição ambiental, a hipocrisia, a “burocracia”, a enrolação, a enganação. A primeira frase deste parágrafo nos mostra o seguinte: os pobres, os lutadores sociais, os indígenas, os camponeses, os operários, os estudantes, os negros, as mulheres, etc, são teimosos. Éta povo teimoso que insiste em querer fazer coisas diferentes daquelas que estão nos planos dos que mandam no mundo. Afinal, estas pessoas se organizam no mundo todo, elegem novos governantes, propõe políticas públicas, estruturam projetos, estão em ação.

É assim, camponeses/as dizem que têm direito de estudar. Mas vejam que afirmem que a burguesia a nível nacional, as forças imperialistas e as artimanhas burocráticas institucionais não têm tanta clareza e convicção. Ou a convicção e a clareza às avessas. Vejamos então como num caso concreto isto ocorre. Aqui vou esquecer por um instante o imperialismo, o congresso, o judiciário, o TCU e vou falar de algo bem próximo, daquilo que a gente vive na pele, no sonho, na ansiedade, na frustração, no medo, na coragem. Mas não esqueçam o anterior para a formação da consciência crítica.

**Vamos pensar que camponeses/as querem estudar.** A primeira inferência deste desejo é que ele é mobilizador. Reúne os/as camponeses/as em torno de questões que são próprias da sua realidade. Mas a realidade não é vista de forma desinteressada. Lança-se um olhar de curiosidade para a compreensão de todas as dimensões que formam o fenômeno. Dá a segunda consequência: forma-se um saber crítico sobre a realidade histórica. Percebem as contradições: um conjunto de fatos em que há negações e afirmações. Daí decorre um terceiro desdobramento que é atitude política propositiva. Esta faz com que os/as camponeses/as mobilizados/as expressem um projeto de vida para si e para o conjunto da sociedade. A proposição é um processo em que há além da afirmação, por exemplo, queremos estudar, a negação da negação, por exemplo, vocês não podem estudar. Entre a afirmação e a negação há o conflito entre idéias e atitudes não só diferentes, mas contraditórias. Mas o conflito não é possível sem o diálogo, os/as camponeses/as imbuídos por consciência crítica constroem redes de significações, buscam aliados políticos, científicos, educacionais, culturais. Podemos ainda evidenciar que a trajetória camponesa leva a necessidade da organização. É assim que surgem as atividades que são próprias dos movimentos sociais camponeses e aqueles/as que criam com estas alianças para realizar os objetivos que é o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. Estas são

relações complexas que envolvem um amplo conjunto de atores sociais e institucionais. Nesta rede nem todos se encontram no mesmo campo político e epistemológico. Há, portanto os desencontros.

Mas há uma compreensão de sentido do Estado, que já denominamos de burguês. Para o povo poder fazer do Estado um instrumento dos seus projetos, há a necessidade de interferir nele, de criar políticas públicas.

Foi assim, que além das lutas incessantes pela reforma agrária – a conquista pela terra, há a luta pelo crédito, pelo meio ambiente, pelas questões de gênero, pela habitação, pela produção, industrialização, comercialização, pela segurança alimentar. Há a luta pela educação, dentro dela pela alfabetização e pela escolarização. Assegurar escolas nos acampamentos e nos assentamentos para que adultos e crianças possam aprender é uma contínua vigilância, porque, o que foi historicamente negado é afirmado cotidianamente nos e pelos movimentos sociais camponeses. E, é no contexto desta luta, para educar-se, que os movimentos sentiram a necessidade da formação de educadores/as. Mas onde fazer? Como fazer? Com quem fazer? Foi nesta ambiência política e educacional desafiadora que foram organizadas conferências nacionais de educação para afirmar o campo como conceito e prática sócio-educativa e econômica. Foi no contexto de grandes desafios, debates e marchas que nasce a proposição de uma política pública – o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, para que o Estado financiasse as ações da educação e da formação do homem e da mulher do campo.

É neste contexto que entram as universidades com cursos de formação de educadores/as no primeiro instante, mas que avançou para outras áreas de conhecimento e que são demandas das necessidades do campo. Foi assim que nasceu o CAMOSC – Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo. Pensar esta articulação é uma necessidade para visualizarmos o caminho do diálogo que fez nascer um curso de agronomia que tem características importantes e que quero apresentar.

a. Destaco o processo inter-relacional da universidade com os MSC – Movimentos Sociais do Campo – aqui destaco o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para chegar a um desenho relacional que podemos dizer é desafiante tanto para a universidade quanto para os movimentos sociais do campo. O curso tem como característica a gestão compartilhada através da qual as responsabilidades são colocadas à mesa, elaboradas as questões, discutidas e tomadas as decisões. Este processo não é fácil por que representa inferir em procedimentos e em tempos institucionais que são distintos quando são colocados a universidade e os movimentos sociais do campo em relação de co-gestão de processos que co-afirmam a viabilidade e a execução de objetivos comuns.

b. A construção de um currículo que põe em evidência as disciplinas elencadas nos parâmetros legais do curso de agronomia com os conhecimentos que são necessários para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

c. A afirmação dos princípios estruturantes da agroecologia e da sócio-economia solidária para a formação de profissionais comprometidos com a integralidade da vida camponesa: a produção embasada na matriz tecnológica e na concepção e a organização social da produção da vida orientados pela sócio-economia solidária.

d. O CAMOSC é um curso que se orienta pela pedagogia da alternância. Esta é uma criação dos movimentos camponeses. Uma idéia e uma prática que nasceu na França, recriada no Brasil e que significa a inventividade de intelectuais e militantes que colocam os referenciais da vida no centro e a burocracia é adaptada a esta, e não o inverso. A alternância está embasada numa epistemologia que insere o estudante na sua realidade, problematizando-a para pensá-la crítica e propositivamente. É uma atitude pedagógica e educacional questionadora e comprometida que indaga o objeto estudado e que abstrai respostas, mas não abstratamente, senão concretamente. Por isso alterna Tempo Escola com Tempo Comunidade, não como tempos separados e estanques, mas como tempos contínuos e entrelaçados, que carregam perguntas do mundo da ciência para o mundo da vida e, do mundo da vida para a ciência.

e. A pesquisa-ação é outro aspecto relevante do curso. Por isso está nele aplicado e recriado coletivamente o método denominado de UPAS – Unidades de Produção Agroecológicas e da Sócio-economia Solidária. Nestas os/as educandos/as camosquianos – os herdeiros da cultura camponesa – assim auto-nominados, inserem-se em experiências concretas do campo. É um processo organizacional que mexe com as estruturas cognitivas dominantes, passamos dos saberes que embasam o atendimento extensionista rural individual para a experiência histórico-cultural da coletividade. Este é um desafio cognitivo extraordinário. Os/as educandos/as se colocam numa arena sócio-cultural complexa, eles/elas estão aprendendo em situações de aprendizagens concretas: organizar um grupo de camponeses/as que se dispõe a aprender com ele/ela e ensiná-los/las ao mesmo tempo. Além do desafio cognitivo, é um desafio administrativo. É a capacitação da gestão de processos de pessoas que envolvem subjetividades diferentes, grupos sociais compostos por pessoas de culturas distintas e que se encontram. Estas diferenças no nosso compreender não representam a inviabilidade, como algumas antropologias de péssimo gosto querem fazer entender. Distintamente representa a possibilidade do diálogo entre as individualidades diversas na formação da coletividade. Um terceiro desafio importante é o da produção. O laboratório do/a educando/a camosquiano não é um espaço de terra afastado/protegido/telado para fazer pesquisa controlada/artificializada. A relação

investigativa ocorre em espaços abertos, na interação direta com os camponeses/as. Há mais, o desafio de ser produtivo, sob o olhar curioso e desconfiante do/a camponês/a os/as camosquianos/as devem prover e demonstrar qual a relevância da universidade e do conhecimento científico. É claro sempre com o devido cuidado dialogado que esta é uma ambiência de aprendizagem – portanto um desafio pedagógico. Um quarto desafio está em saber dialogar de forma interdisciplinar os conhecimentos das áreas de conhecimento da agroecologia e sócio-economia solidária. Não bastassem a necessidade da aprendizagem dos conhecimentos disciplinares, já estão num processo dinâmico da afirmação/negação aprendendo saberes e os negando ao mesmo tempo – reinventando-os. Esta é uma atitude epistemológica extraordinária – própria para loucos anarquistas, no sentido expresso no livro *Contra o Método*. A riqueza deste desafio epistemológico é gerador de incertezas e não de certezas, onde há o domínio e o controle de todas as variáveis. Por isso a pesquisa-ação não ocorre num espaço laboratorial fechado, ele é aberto e participativo. Os resultados finais poderão ser totalmente diferentes das hipóteses primeiras. Mas isto para os não positivistas não significa não saber pesquisar. Significa contrariamente saber fazer pesquisa melhor e mais amplamente – assim como a realidade camponesa é – e não com objetos esotéricos, conforme expressa Morin.

f. Mas os/as camosquianos/as não poderão ser simplesmente técnicos. Esta oração carrega uma afirmativa e uma negativa. A afirmativa é que necessitamos para a agricultura camponesa de técnicos, que tenham a capacidade de gerar respostas para os problemas práticos cotidianos do campo. Não disse que tenham respostas prontas para todas as questões. O campo é um espaço que une o ser humano e a natureza. Os dois seres são complexos (este conceito é no sentido de Morin), não há linearidade, não são sistemas fechados, muito menos pontos abstratos. Então como lidar com múltiplas possibilidades? Então a dimensão negativa: este técnico não será, ou melhor não poderá ser, um receitador mas é um investigador, um dialógico, um/a educador/a do campo. Passamos da filosofia positivista para a filosofia da práxis. Que tenhamos a capacidade de compreender esta passagem. Ela não é simples. Ela carrega um desafio histórico que se contrapõe à corrente comum da formação na agronomia, que predominantemente não formou para a agricultura camponesa. A agronomia dominante é alicerçadora do agronegócio. Aqui o conceito agronegócio não é uma palavra inocente. É a expressão que demonstra como o campo brasileiro foi tomado e dominado pela racionalidade científica moderna, pela indústria química, pela mecanização, pela financeirização. Destarte o aumento da produtividade, diz também da exclusão social, da geração da miséria no campo, da degradação ambiental, da dependência econômica. Nesta linha interpretativa, diria que o agronegócio é um ótimo negócio para as multinacionais, afinal de contas elas controlam as sementes, os

agrotóxicos (inseticidas, besticidas, aliás todas as “cidas”), as máquinas, a pesquisa/ciência/tecnologia. Todo o sistema de *inputs* da produção. Fica a cargo do Estado o empréstimo, alguns, por que também o mercado de futuros é controlado por estas. Mas não vamos ser inocentes. As multinacionais do agronegócio têm uma capilaridade muito grande, que é conseguida porque há uma rede de agronegócios em cada esquina das nossas cidades, geralmente controladas e administradas por agrônomos – aqueles formados em nossas universidades, portanto com competência técnica. Mas os/as camosquianos/as são para ser um profissional agrônomo vendedor de veneno? É claro que não! Aqui o desafio é contra-hegemônico é a geração e o desenvolvimento de uma cultura científica que apreenda o sentido profundo da cultura camponesa. Isto não se faz com pacotes tecnológicos. É possível ser um agrônomo do campo que associe a agroecologia e a sócio-economia solidária? É possível ser um/a técnico/a que seja um/a educador/a do campo? Se a resposta for positiva estamos num campo perigoso, não para os/as camponeses/as, mas para as multinacionais. E estamos aprendendo no CAMOSC que isto é possível. Estamos aprendendo com isto.

g. Como estamos aprendendo? É importante saber que a organização dos/as educandos/as ocorre num processo autogestionário. Preste atenção na expressão – processo autogestionário. Com ela quero dizer o seguinte: se alguém quiser encontrar coisas perfeitas no CAMOSC não vá até lá, afinal isto não existe onde existem pessoas. Mas neste lugar/tempo cognitivo há situações que não existem em muitos outros lugares. Há uma capacidade de auto-organização dos/as educandos/as que não foi aprendido na universidade. Aliás, isto não se aprende na universidade! Os/as educandos/as aprenderam isto nos movimentos sociais, estão por ensinar a universidade, se é que esta quer aprender! Mas, a disciplina, as exigências e os ritmos são cansativos para os indisciplinados, os soltos, os vagarosos. São estudantes que exigem de si o estudo centrado, com muitas leituras, pesquisas, debates. E os debates não são para elogiar o/a outro/a de forma mesquinha para deixá-lo/la na sua ignorância e nos seus limites baixos. Não, todos/as são provocados/as, é preciso ir além dos limites pessoais e coletivos. Percebam que estamos discutindo que os/as camponeses/as podem estudar. Que no Brasil a elite disse que o camponês para puxar a enxada não precisa de letras. Mas foi e é a elite quem afirma. Os/as camponeses/as dizem o contrário: os/as camponeses/as precisam das letras. Então se busca a superação dos limites impostos historicamente, isto é exigente. Mas a aprendizagem tem mais um incremento importante. Os/as educandos/as organizaram uma associação para gerenciar sua vida interna. Isto implica recursos materiais, financeiros e organizacionais. Esta é uma atitude importante, afinal o processo de aprendizagem e de formação não é no campo da coletividade? A coletividade não é um conceito abstrato, ela se faz nas relações humanas concretas, portanto precisa ser apreendida.

Isto é práxis. Destaco ainda neste ponto a organização de eventos científicos. Fora planejado e realizado a JASES – Jornada de Agroecologia e de Sócio-economia Solidária, um evento do curso que proporciona o saber fazer coletivo de organização de eventos científicos. Isto ocorre nas relações pedagógicas próprias da capacidade de aprender fazer – fazendo, analisando, refletindo, teorizando. Ah! estava esquecendo. Quando citei a associação dos estudantes, destaco que já foram realizados dois módulos (III e V) do CAMOSC sem recursos do INCRA. Já vamos entender porque.

h. podemos ainda destacar que o CAMOSC é um desafio para a universidade. É um questionar constante sobre o ser da IES. Historicamente as universidades brasileiras são voltadas para grupos sociais de poder aquisitivo: no sentido econômico e cultural (conforme Bourdieu) mais elevado. O desafio que temos é a democratização da universidade, torná-la aberta e popular. O CAMOSC é uma experiência importante de aprendizagem. A democracia cognitiva (Morin) é desafiadora do estatuto da ciência moderna. Fazer estas experiências e problematizá-las é a expressão de uma beleza cognitiva importante. Popularizar a universidade significa fazer ciência e tecnologia para o povo (conceito deve ser lido conforme Darcy Ribeiro). Esta é uma questão de classe e da afirmação da diversidade sociocultural. É uma opção epistemológica e ontológica. Ou alguém acredita na neutralidade da ciência, do/a cientista, do/a educadora/a? Há os que tentam disfarçar, mas que geralmente se tornam os/as piores articuladores/as políticos, porque omitem sua posição. É uma estratégia de poder.

Os aspectos acima descritos têm como objetivo ilustrar o significado do CAMOSC para quem não o conhece. Provavelmente para quem não acompanha o dia-a-dia deve estar pensando que está tudo muito bem. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária repassou o dinheiro na hora certa; os contratos são assinados com rapidez; a UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso fez todos os processos corretamente – ela tem lucidez sobre o significado disto tudo; a FAESPE – Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, administrou de forma transparente os recursos e prestou contas sem nenhum problema e o curso está funcionando sem nenhum empecilho. Certo? Errado. Está tudo de cabeça para baixo. Mas você que é militante e lutador social, que quer que a humanidade se emancipe deve estar se perguntando: mas por que isto? Como assim? E de repente se indigna, tem um sentimento que Paulo Freire chamou de justa raiva. De repente você é alguém que assim fica com um pouco de raiva, mas fica em casa lamentando o ocorrido, ou ainda pode ser um pouco mais conveniente e quando encontrar algum conhecido em algum lugar diga: olha você sabe o que está acontecendo com o CAMOSC? E aí apresenta seus protestos particulares, mas vais dormir tranqüilo. Mas de repente você poderá ser alguém que considere isto um absurdo e então você tomará atitudes mais aguerridas, então se somará a outros para poderem discutir e fazer algo mais

democrático e justo. Mas você poderá ser uma pessoa que não quer que camponeses/as estudem, então você vai se delirar por que vai ficar sabendo que todas as lutas e todos os sonhos podem ser destruídos, há instrumentos políticos e administrativos para isto, há agentes nas instituições que tem competência para tanto. Lembrem-se que na parte primeira coloquei sobre o Estado brasileiro, com suas diversas configurações, é controlado por determinada classe social. Lembre-se que à nível internacional os/as camponeses/as e indígenas são considerados terroristas. Uma informação adicional. O Estado brasileiro com a ABIn – Agência Brasileira de Inteligência, não fica atrás. Há agentes que ganham dinheiro público – em forma de salários e de custos, impostos pagos por nós, para mapear as ações, os passos das lideranças sem-terra. Afinal eles não são revolucionários? Como podem querer estudar, trabalhar, produzir? Imaginem: neste país se matam freiras, padres, ameaçam-se bispos, isto com toda a proteção de uma instituição milenar, a igreja católica. Então o que significa ser um/a camponês/a e lutar por direitos? É fácil eliminá-los, logo depois o Estado, através do judiciário irá proteger os matadores. Os tribunais irão absolvê-los. Não estou fazendo fofoca e nem sendo preconceituoso, estou me referindo ao caso de absolvição, no dia seis de maio de 2008, depois de uma primeira condenação de trinta anos, do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, por decisão da Justiça do Pará, acusado como mandante pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, morta por pistoleiros no município de Anapu.

Mas voltamos ao CAMOSC. Por que está atravancado? Vamos a alguns pontos:

Quando iniciou o curso, foram feitas um conjunto de atividades para chegar a um consenso de projeto preliminar que serviu de base de institucionalização: aprovação na UNEMAT e no PRONERA-INCRA. É claro que cada uma das instituições tem seus compromissos. A UNEMAT tem de colocar à disposição professores e servidores, estrutura, laboratórios, biblioteca, enfim a gestão pedagógico-científica do curso. Assim é feito. A UNEMAT tem colocado uma estrutura boa, para nossos padrões institucionais, para a funcionalidade do curso. Os/as estudantes camosquianos/as têm acesso a tudo na universidade – do pouco que ela tem. Foi organizado o vestibular, feito a seleção, estudantes matriculados/as – eles/elas são estudantes regularmente matriculados/as na Universidade do Estado de Mato Grosso – isto implica em direitos e em deveres, para a universidade e para os/as estudantes.

Antes disso, a universidade, o reitor que tem este poder, expediu uma portaria nomeando um grupo de docentes para escrever o projeto. Isto foi feito, o projeto foi escrito, foi formalizado em processo, tramitado e aprovado no CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNEMAT e expedido uma resolução de aprovação – percebam que o projeto tem autoria e está institucionalizado em nome da UNEMAT – que tem direitos e deveres.

Depois de assinado e publicado o convênio com o INCRA era preciso iniciar o curso. Não pensem que isto foi feito em um mês. Aqui já passaram dois anos. Mas como iniciar o curso se o INCRA não libera o dinheiro? Então os movimentos sociais do campo mais alguns “teimosos” da UNEMAT resolvem, como atitude política, iniciar o curso. Percebam que atitude política – MSC e “teimosos” da UNEMAT – neste caso antecede a atitude técnica do INCRA – liberação do dinheiro – porque a atitude técnica de liberar o dinheiro – caso do INCRA foi antecipado por uma atitude política – não liberar o dinheiro. Então há uma contra força – iniciar o curso em relação à uma força – INCRA – não liberar o dinheiro.

Estou me referindo ao INCRA, mas aqui merecemos um esclarecimento maior. Lembrem que lá no começo falei que os/as camponeses/as são teimosos e lutam pela reforma agrária. Dentro desta luta empenharam-se, associados a intelectuais orgânicos (no sentido gramsciano) e foi criado o PRONERA. Agora já podemos entender mais. O PRONERA é uma política pública que representa uma conquista dos MSC – da via camponesa. Então o PRONERA tem um significado importante para os/as educadores/as do campo. Tem também um sentido muito especial para os funcionários públicos que gestam o PRONERA, que sabem do seu sentido profundo e lutam por este. O PRONERA nestes últimos anos cresceu em termos orçamentários e de defesa no governo federal. Afinal não temos um governo popular? Mas há uma questão, o PRONERA é resultante das lutas populares, então ele tem um sentido. Nas estruturas de gestão pública federal ele foi alocada no MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, até aqui tudo bem. Mas dentro do MDA está no INCRA, agora ficou estranho. O estranho aqui é o estranho, porque um/a brasileiro/a pode-se perguntar, mas o INCRA não é o órgão da reforma agrária? Pois é, é! E daí? E daí que o INCRA não foi criado pelas lutas populares, ele foi criado pelo Estado militar autoritário nos anos 60 não para fazer e reforma agrária, mas para administrar as questões agrárias, a contra-reforma agrária (Otávio Ianni interpreta isto bem). Estou colocando que temos dois corpos estranhos que habitam um mesmo corpo. Aí dá mal-estar. Se temos os/as servidores/as do PRONERA que estão à favor da educação do campo, temos os setores da contabilidade, das assessorias jurídicas, da liberação dos recursos que fazem exatamente o contrário. São especialistas em atravancar os processos. Sabem como não deixar funcionar. São doutos em pareceres que exoram opiniões. E opiniões usando no sentido pejorativo, explicado por Kant quando diferenciou a *doxa* da *episteme*. Mas são opiniões que estão em processos e que são emitidos por indivíduos que se ancoram em estruturas de poder outorgadas pelo Estado a certos cargos administrativos. Assim, um assessor jurídico, um contador tem um peso na sua caneta que impede qualquer ação. A opinião destes seriam inúteis senão tivessem este poder. Continuo defendendo a liberdade de opinião (é um bom princípio burguês), mas que

sejam dados nas bodegas das esquinas. As bodegas das esquinas são bons lugares para opiniões porque não atrapalham a vida dos outros, pelo menos institucionalmente. Enquanto instituições temos que passar da *doxa* para a *episteme*. Levando em consideração as atitudes acima apresentadas posso concluir que os/as servidores/as que lutam e trabalham pela viabilidade do PRONERA afirmam que os/as camponeses/as devem e podem estudar. Inversamente quando servidores/as assessores jurídicos, contadores, responsáveis pelos contratos e convênios limitam e enrolam os processos impedindo seus avanços e a sua execução, estes são legítimos definidores que afirmam pelos seus atos que os/as camponeses/as não podem e não devem estudar.

Porque refletir sobre a enrolação para repassar os recursos financeiros para um curso aprovado dentro de um programa do governo federal? Cabe ainda pensarmos um pouco no sentido da burocracia. Parece-me que isto está em pauta. Este conceito está mal tratado. Estou pensando em termos weberianos. Weber ao analisar o surgimento e o desenvolvimento do Estado moderno verificou o surgimento da burocracia. Esta é uma palavra francesa que diz da organização dos processos públicos para torná-los impessoais, transparentes, e ágeis. Há a discussão entre meios e fins – é uma organização hábil dos meios para o atendimento dos fins. Neste sentido a finalidade do PRONERA é fazer a educação do campo, e não fazer centenas de reuniões, gastar dinheiro público “pra lá” e “pra cá” para supostamente resolver questões meio. O fim não é chupar a energia dos/as educadores/as e deixar a casca murcha e depois jogá-la no lixo. Nós não somos descartáveis, nós somos gente. O meio não é o fim. Os burocratas não devem se fazer perceber. Ninguém deve saber que um assessor jurídico, um contador, um setor de contratos é importante porque ninguém percebeu que o processo está parado, e a finalidade está funcionando, está em ação. Ninguém deve imaginar que o CAMOSC está parado faz um ano porque os burocratas enrolões querem, decidem politicamente que assim deve ser. Esta não é uma questão técnica. Se fosse estaria resolvida.

Bom alguém pode estar pensando que este problema é com a UNEMAT. Não é. No III Seminário Nacional do PRONERA realizado em outubro de 2007 em Luziânia – Goiás, presenciamos as universidades brasileiras reclamando das formas burocráticas impeditivas. Não a burocracia funcional. São coisas distintas. Lembrem que no começo do texto perguntamos se os/as camponeses/as podem estudar? Pois uma das conclusões que aqui queremos defender é que aqueles que fazem de tudo para impedir a funcionalidade do curso estão aferindo um juízo de valor – camponês/a não deve estudar. É claro que todos/as irão protestar contra esta assertiva, dizendo que estou maluco. Claro que sim. Porque não nenhum enunciado diz isto claramente, por que se expressasse objetivamente seria objeto de processo administrativo ou até criminal. A questão não é olharmos enunciados abstratos e generalistas, mas os procedimentos

que efetivamente demonstram este enunciado tácito nas ações. Mas esta não é a única forma interna ao Estado para amedrontar e impedir. Há o espectro do TCU. Este na minha leitura está sendo o QG da burguesia reacionária, até que tenha o controle geral do governo outra vez. Além das tentativas internas da degradação dos programas públicos que criam condições para o desenvolvimento de iniciativas populares, há ações públicas iniciadas por ações de classes burguesas do campo. Neste sentido o curso de direito da Universidade Federal de Goiás é um exemplo típico, mas ele ainda que iniciou, depois que representantes dos grupos dos fazendeiros conseguiram influenciar e concorrer no vestibular, e usufruir um espaço público conquistado pelos trabalhadores. Mas é claro que esta não é somente uma influência formal, mas fundamentalmente no conteúdo do processo formativo. Outro exemplo marcante, mais agressivo é o caso do curso de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, pois apesar do curso ter sido aprovado em todas as instâncias da universidade a elite local, representada pelos próprios estudantes, ainda não deixou ele iniciar, promovendo ações na justiça, além de ameaças públicas contra aqueles/as que trabalham a favor dos/as camponeses/as. Estas ações são típicas lutas de classes e que dizem claramente, camponeses/as não devem estudar. Mas a resistência deverá ser mais forte do que isto, senão sucumbiremos frente à violência da ignorância intelectual.

Mas vejamos mais algumas artimanhas. É bom lembrar que no processo do primeiro convênio INCRA/UNEMAT estava no meio a FAESPE. Percebam que falei que estava no meio e não no fim. E porque esta entra no convênio? Era para tornar ágil a gestão dos recursos. Nada mais que isto, se é que isto justifica! Isto ocorreu? Não. Impressionante, o CAMOSC se tornou refém da gestão executiva da FAESPE. Aqui temos duas questões para discutir, só que a segunda decorre da primeira. A pergunta a ser feita é qual a função da FAESPE em relação à UNEMAT? Ela não é subordinada à UNEMAT? Ela não presta serviços à UNEMAT? Para mim sempre deveria ter sido assim, senão estou em uma nova fase cognitiva. Aprendizagem triste é óbvia. Porque dizer isto? Por duas razões, a primeira é fazer saber a FAESPE deveria ter servido o CAMOSC e prestadas contas. A FAESPE tem que ser transparente. Ela não é privada no sentido que seu diretor pode fazer o que quer. A direção executiva da FAESPE só tem que ser suficientemente competente para tornar os processos administrativos eficientes. Portanto a direção executiva da FAESPE não tem emitir juízos de valor para dizer se um projeto pode/deve ser ou não ser executado. Quem decide isto é a universidade. Já mostramos acima, o CAMOSC foi aprovado no CONEPE, o projeto originário e todas as suas modificações. Um pouco mais de reflexão, se a FAESPE está subordinado a UNEMAT, o diretor executivo deve obediência ao reitor. Afinal de contas nós discutimos na UNEMAT a eleição do reitor e não do diretor executivo da FAESPE. Para aqueles que

não sabem devem estar se perguntando porque estou dizendo isto. Então vamos esclarecer. O diretor executivo da FAESPE, por conta própria e de forma unilateral, pelo menos aparentemente, mando um ofício ao INCRA denunciando o convênio e o recendindo, isto significa que a FAESPE se retira do convênio e não o executa mais. A dúvida que fica é saber quem manda, o diretor executivo da FAESPE – que faz o que quer, ou o reitor da UNEMAT que é o presidente do Conselho Curador da FAESPE e que nomeia o diretor executivo? É a FAESPE que serve à UNEMAT, ou é esta que serve à FAESPE? Pois além destas questões ficam as dúvidas políticas e procedimentais das incansáveis demoras. O INCRA agora diz, a FAESPE tem que prestar contas. A FAESPE já prestou contas e o INCRA não responde. Bom, vou parar por aqui nesta questão, porque aqui para expressar todas as enrolações temos que escrever uma novela, ou seria um filme de terror para incorporar os atos que constituem o calvário de um curso que têm estudantes camponeses/as que só querem estudar. Simples assim.

Mas vamos dar outro passo. Parece-me que isto é significativo, por que a pergunta é se os/as camponeses/as podem estudar. Ah! Esqueci de dizer no parágrafo anterior que conforme a atitude procedimental da FAESPE, camponeses/as não devem estudar. Voltamos para a UNEMAT, para ela camponeses/as podem estudar? Vamos expressar a ambigüidade, conforme fizemos com o INCRA. Na UNEMAT não temos uma atitude institucional única e linear. Aparece nela as contradições entre as atitudes que representam a busca da construção de referenciais para a consolidação de programas e projetos para a abertura e democratização da universidade, quanto às atitudes político-administrativas que limitam as possibilidades e as capacidades institucionais.

No primeiro grupo, dos que lutam pela democracia cognitiva, podemos identificar atitudes que demonstram a organização para a elaboração de políticas, a escrita de projetos, a execução de ações, a mobilização de agentes, a organização de meios, a proposição de eventos, a determinação pessoal e coletiva para a efetivação de objetivos que simbolizam a construção de referenciais epistemológicos e sociais fortes para a geração e o desenvolvimento de competências direcionadas para a transformação das estruturas e das relações sociais excludentes. Esta é uma opção que expressa a ousadia institucional para a viabilidade de projetos e ações que configuram saberes comprometidos com a construção de uma sociedade solidária. Vamos já afirmar: para estes e estas os/as camponeses/as podem e devem estudar.

Existem por outro aqueles que são limitadores/as, quando não efetivamente impedidores, dos processos que se propõe a construção da democracia cognitiva. Como isto ocorre? Temos neste caso um clima institucional que é desenhado por atitudes administrativas, que aparentemente são neutras, por que demonstram que seguem regras administrativas pré-definidas e que estabelecem rituais a serem rigidamente seguidas. Desta forma, um processo fica parado em determinado setor

por que determinado/a servidor/a encontra algum detalhe que não está adequado com aquilo que considera fundamental e importante para a “boa burocracia”, sem ainda considerarmos que a falta de conhecimentos teóricos e muitas vezes de programas de políticas públicas impedem as decisões inteligentes. Considero que um/a servidor/a não é obrigado e sequer tem condições de saber tudo, não só tecnicamente, mas politicamente. O que considero fundamental na gestão pública é não impedir a agilidade dos processos. Mas esta é uma atitude que é resultante do estilo de gestão da universidade. Além destas questões, temos ainda visto pessoas não decidirem e não encaminharem os processos de forma ágil e efetiva, por que ouvirem falar que alguma lei ou norma irá mudar, isto é plenamente absurdo, ou mais, seguram-se processos institucionais por que algum ouvidor de algum lugar sugeriu que alguma situação deveria ser mudada na instituição de ensino superior. Esta fala-opinião ganha força de lei, mesmo que ainda nenhuma resolução tenha sido aprovada, mas torna-se uma justificação que é orientadora de decisões. Temos vivenciado atitudes de servidores/as, que quando combinado em reuniões, deveriam encaminhar algum ofício imediatamente para resolver alguma situação administrativa, termos 14 dias após ainda não resolvido o ato em si, mandar um ofício. Presenciamos ainda a formação de guetos administrativos, nos quais cada um emite um parecer, uma opinião. São formas sutis de impedimento da funcionalidade administrativa, no sentido que estamos querendo defender, para que os fins possam ser atendidos, mas consideramos que ela é funcional para a não viabilidade, esta forma de gestão é exigente em energia mobilizadora, para o não-fazer. É de opinião em opinião que os processos ficam parados. Os guetos administrativos são resultantes de um estilo específico de gestão pública que não percebem as interdependências dos diversos setores e não tem a capacidade de articulá-los e torná-los efetivos. Significa dizer que a universidade tem um jeito de administração burocrática, isto é, na qual cada setor e servidor/a é um poder independente. Mas alguém quer estudar. Ora se estes/estas não conseguem estudar é por que podemos concluir, para os/as limitadores/as os/as camponeses/as não podem e não devem estudar.

Avalio e desejo que este texto provoque os/as lutadores/as sociais para a construção de referenciais epistemológicos, sociais e administrativos que possibilitem a construção de uma sociedade solidária, portanto que os/as camponeses/as podem e devem estudar. É claro, como todos os grupos sociais.